

Sociedade de decrescimento: uma resposta para o desenvolvimento (in)sustentável?

Luiz Gustavo Alves de Lara
Samir Adamoglu de Oliveira

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma sociedade tem sido mensurado por seus indicadores econômicos. A melhoria destes índices majoritariamente quantitativos, como por exemplo o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB), é considerada uma virtude que supostamente promove um ciclo virtuoso de progresso. A manutenção do crescimento de indicadores macro econômicos quantitativos como estes é considerada a condição para melhoria do bem estar social. Qualquer interrupção ou estagnação destes índices desencadeia reações por parte dos governos para evitar a anomalia que o não crescimento



representa nessa lógica (Douthwaite, 1992). Mas, como sustentar um sistema social baseado na necessidade de crescimento infinito (Laouche, 2009)?

A ideia de que o crescimento econômico seria a via para melhoria do padrão de vida das nações foi presente no discurso de posse do presidente Harry Truman em 1949 ao definir os países não industrializados como sendo subdesenvolvidos (Esteva, 2000). Entretanto, as consequências da industrialização observadas nas décadas que seguiram denunciavam a contradição entre a busca pelo crescimento ilimitado em um mundo de recursos finitos (Meadows, Randers & Meadows, 2007).

De forma crescente, os problemas socioambientais desta lógica de desenvolvimento foram sendo denunciadas, como por exemplo no documento apresentado por Dennis e Donella Meadows em 1972 no Clube de Roma, nos debates da Conferência do Homem e o Meio Ambiente em Estocolmo no mesmo ano, no Relatório de Brundtland de 1987 e também nas conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992 (RIO 92) e em 2012 (RIO+20). Uma vez reconhecido que a industrialização que sustentava o crescimento econômico tinha consequências graves, houveram teorizações de modelos de desenvolvimento que se sustentassem a longo prazo.

Desde a década de 1980, notou-se uma pluralidade de conceitos para o que viria ser um desenvolvimento sustentável.

O conceito do Relatório Brundtland que o define como “aquele que atende as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (Comissão de Brundtland, 1991, p. 47) parece ter sido o mais influente na literatura. A partir dele surgiram prescrições de desenvolvimento sustentável como resposta ao colapso socioambiental denunciado desde a década de 1970. No campo da gestão, popularizou-se o modelo *Triple Bottom Line* de Elkington (1997). Para este autor, o verdadeiro desenvolvimento sustentável seria operado a partir do equilíbrio entre três dimensões: ambiental, econômica e social.

Porém, o que se viu na prática empresarial foi a relativização das dimensões social e ambiental deste constructo para justificar o crescimento econômico (Lara & Adamoglu de Oliveira, 2017). A lógica produtivista continua a ser o motor do desenvolvimento, mas sob o argumento de que com o crescimento econômico é possível custear o desenvolvimento de tecnologia capaz de ‘apagar’ a pegada ecológica deixada pelo homem no processo de industrialização (Latouche, 2009). Ao longo das últimas décadas, diferentes roupagens para a velha lógica foram sendo construídas, como por exemplo a ideia de economia verde, induzindo a conciliação

entre crescimento econômico sem agressão ao meio ambiente (Wanner, 2015). As organizações refinaram seus discursos para passar a ideia de responsabilidade para com questões socioambientais ainda que suas atividades resultem em fortes impactos no planeta. O discurso empresarial do desenvolvimento sustentável parece ser uma estratégia para reduzir protestos e boicotes por parte de ativistas e consumidores.

Dentre as abordagens pós-desenvolvimentistas destacamos a ideia da possibilidade de decrescimento presente em Latouche (2009). Entretanto, dada a sedimentação da lógica de crescimento econômico presente na sociedade, seriam esses modelos contra hegemônicos uma real possibilidade para as organizações produtivas de nossa época? Tendo o ser humano ultrapassado o ponto de reversão dos danos causados ao meio ambiente, a sociedade de decrescimento seria uma utopia ou uma necessidade para evitar a barbárie?

Estruturamos este ensaio iniciando com o debate sociológico a partir dos clássicos apreciando possibilidades de contribuições para compreensão da crise da sociedade de crescimento; retomamos a caracterização do crescimento como sendo uma ideologia gerencial; argumentamos algumas das consequências socioambientais desta orientação de gestão; a partir do pensamento de Serge

Latouche (2009) apreciamos o decrescimento como possibilidade; e por fim apresentamos nossas reflexões finais resultantes deste trabalho ensaístico crítico. Metodologicamente inspiramo-nos na dialética negativa frankfurtiana enquanto método (Adorno, 2009), negando o conceito de desenvolvimento sustentável para libertar este objeto das dissimulações discursivas com que foi reificado. Com a discussão proposta, espera-se fomentar o debate sobre as contradições do crescimento no campo de EOs brasileiro e apreciar sobre a possibilidade de existência de organizações orientadas pelo decrescimento no sentido apresentado por Latouche (2009).

O DEBATE SOCIOLÓGICO DA CRISE DA SOCIEDADE DE CRESCIMENTO

Na civilização ocidental moderna, o homem distanciou-se natureza utilizando o progresso técnico para manipulá-la, transformá-la ou destruí-la conforme seus interesses. A sociologia do século XX parece ter reproduzido esta postura, mas para pensar a natureza do ponto de vista sociológico é necessário transgredi-la. Para Dunlap *et al.* (2001), apesar da sociologia ambiental ter se configurado como um campopositor à sociologia geral que ignorou a relação homem natureza, na sociologia clássica já havia componentes ecológicos que somente vieram a ser resgatados na década de 1970. Os parágrafos que seguem, são dedicados às abordagens tangenciais da questão ambiental em Durkheim, Marx e Weber

evidenciando vias para o resgate do tema em estudos organizacionais que dialogam com a sociologia clássica. .

Durkheim se dedicou à definição de um método sociológico que explicasse a evolução social. Para ele haveria regramentos que *a priori* da ação social e seu pensamento foi fortemente influenciado pelo evolucionismo Darwinista (Dunlap *et al.*, 2001). Segundo Gross (2000), a preocupação de Durkheim para com o meio ambiente é evidenciada quando a sociologia foi dividida por ele em três subáreas: (i) sociologia geral, (ii) fisiologia social e (iii) morfologia social, sendo que, (i) aborda "a relação entre nações, bem como a estrutura das populações; a formação de cidades, vilas e habitações; e (ii) a utilização de solos" (*ibid.*, p. 280) e nesta subárea haveria a possibilidade de discussão sociológica da relação entre homem e natureza. Segundo Dunlap *et al.* (2001), Durkheim reconhecia a finitude de recursos e crescimento populacional, o que exigiria capacidade adaptativa da sociedade para que não entrasse em um processo de destruição devido à disputa por recursos que se tornariam escassos.

A obra de Marx tangencia a questão socioambiental de muitas formas. Primeiramente podemos acessá-la quando sua obra denuncia os danos que a poluição decorrente do modo de produção capitalista causava ao bem-estar dos

trabalhadores (Dunlap *et al.*, 2001). Já Grossi (2009) evidencia que a questão ambiental está expressa também na teoria da renda da terra. Sob seu ponto de vista, Marx denunciou tanto a exploração do trabalhador assalariado como da natureza, ambos reificados e instrumentalizados para o processo de acumulação (Grossi, 2009). Para Foladori (1996), entre o esgotamento do operário e do solo, Marx se dedicou ao primeiro, seu objeto de estudo, mas é um equívoco assumir que seu pensamento negligenciou a relação do homem com a natureza. De um modo geral, a sociologia ambiental manifesta sua ligação com o marxismo na medida em que se revela uma postura crítica de ontologia materialista posicionando-se contra a sociologia dominante predominante nos anos 1970 ao reconhecendo que aspectos culturais e simbólicos da vida social são indissociáveis do ambiente biofísico material (Buttel, 2010)

Já Weber era o mais pessimista entre os três pensadores mais influentes da sociologia (Ferreira, 2006) e via o mundo moderno como paradoxal. O progresso material era obtido na medida em que o processo de racionalização da sociedade expandia, mas como consequência, esmagava a criatividade e a autonomia dos sujeitos. Para Dunlap *et al.* (2010) a Sociologia ambiental neo-weberiana enfatiza a agência humana sobre a estrutura social simbólica e material. Neste sentido, o homem aprisionou-se na gaiola de ferro por ele construída sob múltiplos sentidos,

inclusive por se tornar refém das consequências dos danos irreparáveis que causou no meio ambiente através do processo de secularização.

Obviamente fazer inferências sobre a preocupação dos clássicos para com a questão ambiental é complicada, pois corremos o risco de fazer uma interpretação anacrônica de suas obras. A crise ambiental é uma questão que emergiu após a segunda metade do século XX quando acontecimentos emblemáticos, como por exemplo os grandes protestos contra políticas do governo norte americano quanto à utilização de agentes químicos na guerra do Vietnã, chamaram a atenção da mídia mundial para questões socioambientais (Foladori, 2001).

Um dos fatos mais relevantes na ascensão do debate da crise socioambiental ocorreu no ano de 1972 – mesmo ano da Conferência de Estocolmo, intitulada primeira “Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente”. Publicou-se um estudo feito por Dennis e Donella Meadows encomendado pelo Clube de Roma, que alertava para os potenciais “Limites do Crescimento”, título do livro que causou enorme impacto ao alertar que, se não fossem alterados os ritmos de produção e da extração de recursos, o mundo se depararia com o caos (Meadows, Randers & Meadows, 2007).

Catton e Dunlap (1978a; 1978b) lançaram bases para construção do campo de uma sociologia do meio ambiente nos Estados Unidos nos anos 1970. Para McReynolds (1999) as publicações daqueles autores contribuíram para formação desse campo que décadas mais tarde apresentava-se multi e interdisciplinar, fazendo da sociologia ambiental um emaranhado de contribuições de diferentes áreas como da biologia, antropologia, ciência política, entre tantas outras.

Dado o prognóstico socioambiental desfavorável em que nos encontramos, a formação de um campo de sociologia ambiental induz uma reflexão radical sobre os paradigmas dominantes no campo da gestão onde o bom resultado organizacional sempre foi dependente do crescimento econômico. As práticas hegemônicas de gestão vêm sendo negligentes e o debate nesse campo é permeado de cinismo e dissimulação discursiva ao se referir às questões socioambientais.

Os problemas decorrentes da orientação para o crescimento ilimitado parecem ser tratados sempre com a mesma postura: continuar a fomentar o crescimento da economia para que, a partir do progresso tecnológico, as soluções sejam viabilizadas. O desenvolvimento da razão técnica parece ter sido potencializado desde a Revolução Industrial e isso levou a admitir que o progresso técnico não possui limites. Entretanto, a razão técnica não está isenta de interesses

econômicos (Habermas, 2001) e o progresso técnico parece ter acelerado o processo de exploração de recursos naturais em função da capacidade de produção expandida e de estímulos crescentes ao consumo a partir da criação de necessidades.

No entanto, como resultado se observa a notória degradação dos recursos ambientais por parte das organizações de mercado que operam produzindo uma quantidade que em muitos setores excede a demanda real dos consumidores. Não obstante, o consumo do desnecessário é induzido pelo acesso ao crédito e pelos publicitários (Latouche, 2009). Deste modo é estimulando o desejo pelo consumo através da criação de necessidades, entretanto distanciando as pessoas do consumo do necessário para construção de uma sociedade viável. Sob o ponto de Illich (2000) o desejo pelo consumo para satisfação de necessidades criadas pelo mercado em nada se relaciona com o consumo do necessário para uma vida plena.

O colapso da sociedade de crescimento parece ser inexorável em função de sua lógica interna: continuar crescendo para garantir empregos, continuar o ganho de escala na produção para geração de mais lucros, continuar a explorar os recursos naturais do planeta para geração de lucro que permita desenvolver

tecnologias menos predatórias, etc. Pensar a sociedade como sendo possível condicionada ao crescimento econômico revela-se caracteriza-se uma ideologia em sua dimensão mais perversa: a negação de um mundo diferente e possível a partir de outra lógica.

Entendemos que a presença da sociologia clássica nas teorias das organizações revela-se um indutor para o debate sociológico sobre a questão ambiental no campo de EOs. Neste sentido, estudos contra hegemônicos fornecem um aparato teórico frutífero para o avanço do tema. O olhar crítico para a necessidade de crescimento econômico como sendo uma orientação inexorável para as organizações produtivas de Seifert e Vizeu (2015a; 2015b) manifesta-se pertinente frente a uma comunidade empresarial que está aprisionada na gaiola de ferro construída pelo pensamento funcionalista do *management* que as condiciona a crescer como condicionante de boa gestão.

O CRESCIMENTO ECONÔMICO COMO IDEOLOGIA

O modo de produção e de consumo da sociedade desenvolvimentista já atingiu o *overshoot* – ponto irreversível de impactos ambientais considerando tecnologia que a humanidade dispõe – e a pegada ecológica humana continua crescendo apesar de todo o progresso tecnológico disponível (Meadows, Randers &

Meadows, 2007). Latouche (2009) é categórico ao concluir que o progresso tecnológico não deu conta de reverter o impacto gerado pelo modelo de produção e de consumo moderno. O planeta se demonstra incapaz de suportar os efeitos da busca pelo crescimento econômico ilimitado (Latouche, 2009; Meadows, Randers & Meadows, 2007). Apesar disso, a literatura hegemônica do campo da gestão parece estar edificada na lógica economicista condicionando o sucesso empresarial ao crescimento contínuo dos empreendimentos.

Para Seifert e Vizeu (2015a) o crescimento revela-se uma ideologia gerencial. Para esses autores, a ideologia do crescimento trata-se então da orientação hegemônica para busca do crescimento ilimitado como única possibilidade de sucesso para as organizações. Entretanto, esta ideologia traz uma contradição em sua lógica uma vez que se presume possibilidade de crescimento ilimitado num ambiente de recursos limitado (Latouche, 2009). A premissa da possibilidade desta mesma estratégia para todos os *players* acentua a prática de exploração predatória de recursos e negligencia os limites sociais e ambientais do crescimento econômico (Foladori, 2001).

O simbolismo do crescimento econômico parece orientar a sociedade ocidentalizada (Latouche, 2009): quando há crescimento as pessoas se sentem

seguras e quando não há ficam incomodadas ainda que não interpretem os dados econômicos veiculados midiaticamente. A promoção do crescimento e a sua associação ao progresso se tornaram o discurso dominante e norteador inclusive das relações sociais no ambiente capitalista. Para os economistas, o crescimento exige administrar recursos como trabalho, capital e tecnologia para oferecer meios de consumo. Para Latouche (2009) a indução do consumo é sustentada pela (i) publicidade que cria o desejo, pelo (ii) crédito facilitado para garantir o acesso e (iii) pela obsolescência programada dos bens de consumo. Isso parece criar condições para que o sujeito se torne uma engrenagem funcional para a economia inclusive instrumentalizando suas relações sociais para fins econômicos.

O não crescimento representa crise e a depressão econômica pode levar o mercado ao pânico (Douthwaite, 1992). Esta condição representa a própria condenação do sistema, tendo em vista que a solução para todas as disfunções do crescimento econômico – por exemplo, a desigualdade na distribuição de renda e degradação ambiental– tem a mesma possível solução: continuar a crescer. No entanto, tal orientação parece negligenciar que ainda que sem consenso, há limites planetários para suportar as consequências. A biosfera possui recursos limitados e depende de condições mínimas de equilíbrio do ecossistema para manutenção da vida humana no planeta. O sistema produtivo predominante

produz resíduos com mais rapidez com que os transforma em matéria prima (Latouche, 2009). Entretanto, essas contradições são tratadas discursivamente para dar sentido ao prosseguimento de uma velha lógica produtivista orientada por dados econômicos quantitativos (Lara & Adamoglu de Oliveira, 2009).

O caráter ideológico do crescimento é caracterizado por Seifert e Vizeu (2015) a partir de três dimensões originalmente propostas por Giddens (1979) para caracterização de um pensamento ideológico enquanto dominação social. A primeira delas é a representação de interesses particulares como sendo universais. Neste sentido, os autores afirmam que a defesa do crescimento esconde a necessidade acumulação de capital por parte de grupos dominantes na sociedade. A prioridade do crescimento quantitativo mensurado pelo índice de retorno dos investimentos aos acionistas tornou-se o principal objetivo gerencial do *Management* (Seifert & Vizeu, 2015a). Tal objetivo de acumulação de lucros sobrepõe os interesses dos envolvidos de outros envolvidos. O bem viver dos trabalhadores e da comunidade que suporta os efeitos colaterais do crescimento organizacional, a explosão populacional dos grandes centros, a poluição e os congestionamentos não são suficientemente relevantes tanto quanto a necessidade de retorno de investimentos quando se delibera por executar ou não o projeto de um empreendimento. Quando muito, estes danos colaterais são

convertidos em ações compensatórias que nem sempre anulam os impactos da atividade produtiva instalada (Lara e Adamoglu de Oliveira, 2017). Entretanto, não há garantias que a massa de explorados para sustentação de lucros crescentes gozem de ascensão econômica (Bottomore, 1976).

A segunda característica da ideologia é a negação das contradições (Giddens, 1979). Observa-se que apesar da predominância da ideia que o crescimento é bom e necessário e do discurso conciliatório entre crescimento e sustentabilidade. Mesmo em momentos que a economia global atingiu índices de crescimento sem precedentes, não surgiram inovações tecnológicas capazes de reverter a pegada ecológica causada pela industrialização. Isso contradiz o discurso que o desenvolvimento tecnológico para reversão de danos é fomentado pelo crescimento econômico, sob um suposto ciclo virtuoso. Tampouco são todos os países que demonstram preocupação para com o tema. Aliás, em 01 de junho de 2017 a comunidade internacional acompanhou a saída dos Estados Unidos da América do Acordo de Paris pactuado em 2015 para redução efetiva de gás carbônico até 2020. Paradoxalmente os Estados Unidos da América sempre figurou entre as maiores e mais poluentes economias do planeta. A postura negligente naquele país acontece mesmo após quase cinquenta anos de debate sobre as consequências ambientais do crescimento econômico em seu próprio território.



A contradição se expressa inclusive nos fóruns de discussão pró-sustentabilidade como, por exemplo, Rio 92 e Rio+20: a combinação entre o discurso da necessidade de mudanças no sistema produtivo atual para desaceleração da degradação do meio ambiente com o consenso da necessidade de crescimento econômico para investir em tecnologias sustentáveis. Este entendimento de crescimento sustentável protagonizado pela lógica capitalista parece ter se tornado um ramo de negócios com roupagem ambiental para continuidade da busca pelo crescimento econômico ilimitado. Algumas organizações promovem um discurso da sustentabilidade de suas atividades, espetacularizando ações de escala insuficiente para compensar os danos reais causados ao meio ambiente e os prejuízos ao bem-estar social.

A terceira dimensão de um pensamento ideológico é a reificação do presente (GIDENS, 1979). Neste sentido, Seifert e Vizeu (2015) evidenciam a facilidade com que se encontram estudos acadêmicos que valorizam os aspectos positivos do crescimento organizacional a ponto de sustentá-los como inexoráveis para o sucesso empresarial. A busca pelo gigantismo organizacional parece ter se tornado uma máxima do *management* (Seifert & Vizeu, 2015) inclusive incorporada pelas políticas públicas que incentivam o crescimento quantitativo das empresas para manutenção dos índices macro econômicos. Tal orientação encontra-se

naturalizada na sociedade que se porta com resignação frente às consequências socioambientais.

AS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DA IDEOLOGIA DO CRESCIMENTO

As disfunções ou efeitos colaterais deste modelo de desenvolvimento são expressivas. Como sustentar o atual modo de produção e a exigência de crescimento do consumo como requisito de equilíbrio para a manutenção dos interesses econômicos?

No capitalismo, o crescimento é estimulado pela competição, motor de desenvolvimento, que embora possa ser aplicado em análise estritamente econômica, é violenta no âmbito social. Com a reificação da competição, a necessidade de crescer simplesmente em função de acumulação patrimonial, seja orientação individual ou coletiva, oprime as relações sociais levando a sociedade a se comportar de forma brutal e a ter isto como natural. Porém, o crescimento econômico atendendo ao interesse de grupos dominantes, traz consequências inversamente proporcionais na qualidade de vida, na medida em que a base da pirâmide econômica sofre prejuízos na saúde devido às condições ambientais e hábitos forçados pela rotina produtiva, contribui para os problemas de

mobilidade urbana e observam-se maiores problemas relacionados à segurança e convivência (Douthwaite, 1992; Irish, 1979).

Para Latouche (2009) a tendência dominante dos economistas é considerar a natureza um capital e passível de substituição, e este enfoque extingue a preocupação com a preservação ecológica. Schumacher (1983) afirma que as riquezas naturais do planeta são a fonte de matéria prima para produção de bens e serviços e são análogas a um capital, mas cuja extração deveria ocorrer apenas de seus rendimentos. Porém, o sistema produtivo atual tem subtraído suas necessidades de forma predatória.

A capacidade de recuperação natural do meio ambiente está comprometida (Latouche, 2009) mas, existe uma corrente teórica que, visando a continuidade do crescimento de forma sustentável, busca o equilíbrio entre meio ambiente, economia e sociedade: o *Tripple Botton Line* (Norman & Macdonald, 2003). A integração entre tecnologia e natureza na busca de um equilíbrio artificial e compensatório para atenuar os danos irreversíveis causados pelo modelo de produção, passa a ser dominante. Tal visão é notada nos fundamentos da ecologia industrial abordada por Marconatto *et al.* (2013) quando, reconhecendo que a ecologia industrial é incapaz de promover uma unificação entre interesses de

preservação ambiental e da produção industrial, aponta neste modelo, uma convivência mais orgânica e conciliatória.

Este entendimento conciliatório entre capitalismo e sustentabilidade é de impossível execução por ser contraditório em sua essência (Vizeu, Meneghetti & Seifert, 2012). Para Latouche (2009), o atual modelo econômico reduz a natureza à uma ilusória fonte de recursos ilimitados na condição de matéria inerte, além de mero depósito de resíduos, pois, os recursos estão se extinguindo, a emissão de gases poluentes aumentou, e a geração de lixo é maior que a capacidade de reaproveitamento deste material como matéria prima. Permanece o fato de que o modo de produção capitalista é hostil ao meio ambiente, não sendo viável em longo prazo: (i) os produtores parecem não ter interesse em mudá-lo; (ii) os consumidores em sua maioria são resistentes em mudar o hábito de consumo e (iii) não concordariam em baixar o nível consumo em função de uma agenda ambiental global (Latouche, 2009).

A mensuração do progresso das nações tem sido realizada através de índices quantitativos, soberanos em relação a quaisquer outros indicadores qualitativos de bem-estar. Para Schumacher (1983), a análise somente do PIB ou do PNB, por exemplo, é incapaz de evidenciar se o fato foi benéfico para a população; no entanto continua a ser um dos índices com maior relevância para avaliação dos

países. Para Santos (2000), a máquina ideológica que sustenta o modelo do sistema econômico dominante é composta de fatores que se retroalimentam e o mantêm em funcionamento. A desigualdade social e a degradação ambiental são combustíveis para o fluxo desigual de acumulação de capital. O mundo globalizado, hegemônico e ocidentalizado prega a igualdade de oportunidades enquanto o que se observa é a polarização do poder e da riqueza, que garante acesso ao livre mercado e encurtamento das distâncias da aldeia global apenas àqueles que estão aptos a pagar por isso (Santos, 2000). Para o autor, o processo de globalização é, na realidade, uma perversidade que causa violência social, pois, está ocorrendo um processo crônico de degradação da qualidade de vida, e intensificação das desigualdades a nível global.

Há concordância entre Latouche (1994) e Santos (2000) sobre a existência de um processo de homogeneização do mundo ou, pelo menos, a sua tentativa em andamento. A globalização é um ideal apoteótico da economia capitalista. A busca pelo crescimento e acumulação ilimitada através da competição do mercado liberal em detrimento de uma lógica colaborativa se contrapõe à qualidade de vida e à convivialidade dos sujeitos que sobrevivem da venda de sua força de trabalho e para sobrevivência pouco lhes resta a não ser a inserção neste modelo produtivo para garantia de sobreviência. Para Latouche (1994), o

capitalismo se propagou destruindo culturas tradicionais num processo de etnocídio a partir do ocidente. Para garantir o crescimento é necessário introduzir o que Santos (2000) chama de globalização enquanto fábula, com um discurso ideológico de crescimento e progresso, supostamente em benefício da coletividade, mas que fortalece grupos dominantes da economia global.

A ideologia do crescimento orienta os indivíduos das sociedades produtivistas e sustenta o desejo de ascensão de classe. Para a continuidade da orientação para a acumulação como orientadora da vida do indivíduo é essencial que aconteça a competição entre integrantes da mesma comunidade e classe social. Para Bottomore (1976), mesmo que haja possibilidade de alguma circulação de alguns grupos entre a classe superior e demais classes, não há evidências da democratização destes acessos, e isto mantém a base da pirâmide social vendendo sua força de trabalho. Assim, se mantém em busca ideológica da acumulação e crescimento, para poder migrar para uma classe superior, na promessa de melhoria dos padrões de consumo (inclusive de serviços essenciais não fornecidos pelo Estado).

O DECRESCIMENTO COMO POSSIBILIDADE?

Crescer negativamente numa sociedade de crescimento provoca o caos: desemprego, abandono de programas sociais, investimentos em saneamento, enfim, todo o recurso é canalizado para atividades que produzam crescimento, e não somente bem-estar. Não é também decrescer por decrescer, assim como a busca de crescer por crescer. Para Latouche (2009) uma sociedade de decrescimento significaria o reencantamento do mundo.

A ideia de 'decrecimento' não é recente e tem sido fomentada por um grupo pós-desenvolvimentista influenciados por Ivan Illich e que denunciam os danos do desenvolvimento nos países do Sul (Latouche, 2006). Porém, em circunstâncias como as atuais, pode fazer algum sentido (re)pensá-la. Para Latouche (2006) as questões principais são: porque e como? Em Latouche (2009), o decrescimento não significa a defesa do crescimento negativo, pois, se assim pensado, sinaliza que a lógica é a mesma, baseada em índices econômicos como referência, apenas em rota inversa. Schumacher (1983), economista, reconhecia que o não crescimento era uma ideia difícil de ser assimilada entre seus pares, pois a Economia sempre mensurou quantitativamente os aspectos qualitativos, como por exemplo, pela suposição de que a pessoa que consome mais está em melhor situação do que consome menos.

Latouche (2009, p. 42) lembra que “o desequilíbrio climático que nos ameaça hoje, é fruto das nossas loucuras de ontem”. Para Schumacher (1983, p. 48), a lógica deveria ser outra: “como o consumo é simplesmente um meio para o bem-estar humano, a meta deveria ser obter o máximo de bem-estar com o mínimo de consumo”. Obviamente que no modelo atual, há que haver consumo crescente para continuidade de acumulação de capital e os limites à orientação para o crescimento *ad infinitum* é um tabu resolvido na esfera discursiva. Entretanto, apesar da análise macro, Latouche (2006) é enfático ao se referir ao decrescimento como uma escolha, como adesão, como possível lógica regional com finalidade ambiciosa: inspirar outras pessoas a fazê-lo.

A escolha pelo decrescimento e a simplicidade voluntária consiste em obter as satisfações daquilo que é necessário para viver bem sem ter que recorrer ao sistema mercantil (Latouche, 2009). Para Schumacher (1983), trata-se de ter sabedoria para escolher qual o melhor caminho para o desenvolvimento ora polarizado entre indiferença materialista e a imobilidade tradicionalista. Em outras palavras, decrescer é encontrar a subsistência correta, que proporcione o máximo de bem-estar com o mínimo necessário de consumo. Para Latouche (2006) há pelo menos duas maneiras individuais para decrescer: consumir menos e produzir sozinho e trocar, segunda a lógica da dádiva.

O decrescimento tem como filosofia o abandono da orientação para o crescimento ilimitado enquanto objetivo final (Latouche, 2009). Isso significa romper com as práticas predatórias dos recursos naturais cujo objetivo dissimulado pelo discurso do desenvolvimento sustentável continua sendo a busca da melhoria dos índices econômicos e a polarização da concentração de capital (Latouche, 2006; Lara & Adamoglu de Oliveira, 2017). Significa ainda emancipação dos consumidores que, conscientes das consequências do consumo ilimitado incentivado pelos apelos publicitários poderiam optar pelo consumo necessário para uma vida melhor sem reduzir sua existência ao sistema produtivo onde só lhe resta trabalhar para comprar a um preço mais elevado inclusive aquilo que ele próprio produz. Para Latouche, 2006) o decrescimento não é verdadeiramente uma alternativa concreta, mas uma matriz que permitir uma abundância de práticas.

Latouche (2009) delinea algumas orientações viabilizadoras de uma sociedade de decrescimento, dentre as quais destacamos:

- Reconceituar: mudança de valores e uma outra forma de olhar o mundo.
- Reestruturar: que significa alteração voluntária e regional no modelo de produção e nas relações sociais, resultantes da reconceituação de valores.

- Redistribuir: redistribuição das riquezas, ou a despolarização da riqueza entre classes, gerações e indivíduos. Isto inclui o pagamento da dívida ecológica para com as gerações futuras, com a redução da predação como um ato de justiça para com elas.
- Relocalizar: se trata de produzir localmente aquilo que é essencial para uma vida boa, o que significa valorização da diversidade na produção dos alimentos, desconstruindo a comoditização dos alimentos, que converge a alimentação das pessoas em todo o mundo para consumir os mesmos produtos produzidos pela monocultura geograficamente distante.
- Reduzir: tem como foco a diminuição da 'pegada ecológica' no planeta. Nada mais é que reduzir o consumo (inclui-se bens materiais e também serviços) e evitar desperdícios, frutos de maus hábitos. Também é necessário "Reutilizar e Reciclar", que passa por ações de logística reversa e principalmente do abandono da produção com obsolescência programada.

Latouche (2009) enfatiza que não está a prescrever a funcionalidade da sociedade de decrescimento, o que significaria um substituto tão totalitário e deliberativo quanto o imperialismo do crescimento. Não se tratando de um plano formulável em linguagem tecnocrática, talvez o caráter prescritivo do decrescimento é fazer mais com menos. Para Latouche (2009) esta fórmula Illichiana, não deve ser entendida no sentido de uma racionalização econômica, mas muito mais

próxima daquilo que Schumacher (1983, p. 28) descreve como uma economia em que o “consumo é simplesmente um meio para o bem-estar humano”, cuja “tarefa consiste em atingir esta finalidade com o mínimo de esforço possível”.

REFLEXÕES FINAIS

A finitude dos recursos planetários, o estímulo ao consumo e a busca por acumulação ilimitada de bens e capital da sociedade produtivista capitalista retratam a impossibilidade de se obter sustentabilidade dentro da lógica do crescimento instalada. As consequências da ideologia do crescimento não se resumem ao impacto ambiental, mas também atinge a sociedade moldando-a como uma máquina produtiva.

Muito embora a questão socioambiental tenha entrado para o discurso do desenvolvimento, a lógica interna de dependência de crescimento econômico parece ter permanecido inalterada ao longo das décadas (Lara & Adamoglu de Oliveira, 2017; Wanner, 2015). Mas, como permanecer com a cultura de crescer ilimitadamente em um planeta cujos recursos são todos finitos? O desenvolvimento parece estar sempre como um porvir, entretanto não há indícios de que alguma nação tenha atingido crescimento suficiente ou cresça de forma sustentável. Com a expansão da produção e do consumo dissimulados

discursivamente pela roupagem da responsabilidade socioambiental (Wanner, 2015), quem é que quem determinaria os limites do crescimento uma vez que é justamente a ausência de limites para o crescimento que move a lógica desenvolvimentista (Latouche, 2009)?

Pensar o decrescimento no contexto das organizações é repensar o papel as próprias organizações na sociedade, uma vez que na conjuntura atual tornaram-se instrumentalizadoras da vida dos sujeitos em função da lógica de crescimento. Organizações não convencionais parecem existir na periferia do mercado e que sobrevivem a partir do contato necessário com a economia mercantil sem se render aos seus fins. Por não haver possibilidade de prescrição, as configurações de tais organizações podem ser diversas, e isso parece as afastar das prescrições gerenciais do *management* para obtenção de crescimento como fator de sucesso força competitiva. Aliás, a competitividade dá lugar à dádiva sem que isso comprometa a circulação de bens. Por não se tratar de um projeto, mas de inspiração, a ideia de decrescimento chega ao campo de EOs de forma periférica, com *status* de excentricidade. Entretanto, nada mais realista do que reconhecer que a postura produtivista das derivações do *management* nos trouxeram um prognóstico desastroso que continua a ser dissimulado discursivamente.

A ideologia do crescimento parece impedir pensar as vias de um mundo possível e necessário a partir da quebra de paradigmas que colapsaram o projeto de desenvolvimento moderno. Cegadas ideologicamente as sociedades de crescimento preferem assumir a impossibilidade de mudança dos paradigmas econômicos do mercado a pensar em vias de mudança a partir de seus próprios hábitos. Parece ser mais confortável a negação da rota de colisão em que se encontram (Latouche, 2006). A mudança de lógica para qualquer outra de não crescimento já não seria uma opção se não fosse uma necessidade: “a alternativa é decrescimento ou barbárie” (Latouche, 2009, p. 5).

O decrescimento é uma alternativa cujo objetivo é inspirar práticas, mas não prescrevê-las. O desafio maior é a quebra paradigmática da lógica institucionalizada do crescimento. Porém, acreditamos que a ideia de decrescimento aqui proposta tem muito a contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente e menos predatória. Com efeito, arrematamos o fechamento – não conclusivo – desse ensaio convidando as diferentes vertentes críticas dos Estudos Organizacionais nacionais, para que elas considerem debruçar-se e debater sobre a filosofia do não crescimento de Schumacher (1983) e de Latouche (2009) enquanto um aparato teórico possível de se (re)pensar o papel das organizações no contexto de colapsos econômicos, sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

Adorno, T. W. (2009). *Dialética negativa*. São Paulo: UNESP.

Dunlap, R. E., Buttel, F. H., Dickens, P., & Gijswijt, A. (Eds.). (2001). *Sociological theory and the environment: classical foundations, contemporary insights*. Rowman & Littlefield Publishers.

Bottomore, T. B. (1976). *A sociologia como crítica social*. Rio de Janeiro: Zahar.

Buttel, F. H. (2010). Social institutions and environmental change. In: M. R. Redclift & G. Woodgate. *The international handbook of environmental sociology* (pp. 33-47). Cheltenham: Edward Elgar.

Catton, W. R. & Dunlap, R. (1978a). Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, 13, 41-49.

Catton, W. R. & Dunlap, R. (1978b). Paradigms, Theories, and the Primacy of the HEP-NEP Distinction. *The American Sociologist*, 13, 256-259.



Comissão de Brundtlan. (1987). *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum* (2a ed.). Nova Iorque: Universidade de Oxford/Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Douthwaite, R. (1992). *The growth illusion*. Dublin: Lilliput Press.

Esteva, G. (2000). Desenvolvimento. In: W. Sachs (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder* (pp. 59-83). Petropolis: Vozes.

Ferreira, L. C. (2006). *Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*. São Paulo: Annablume.

Giddens, A. (1979). *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis*. London: Macmillan.

Gómez, J. M. (2002). Crítica ao conceito de desenvolvimento. *Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho*, 3(1), s.p.

Gross, M. (2000). Classical sociology and the restoration of nature: the relevance of Émile Durkheim and Georg Simmel. *Organization & environment*, 13(3), 277-291.



Grossi, M. A. (2009). Capitalismo e questão ambiental: contribuições da tradição marxista. *Libertas*, 3(2), 33-56.

Habermas, J. (2001). Conhecimento e interesse. In: J. Habermas. *Técnica e ciência como ideologia* (pp. 129-147). Lisboa: edições 70.

Illich, I. (2000). Necessidades. In: W. Sachs (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder* (pp. 155-172). Petropolis: Vozes.

Lara, L. G. A. & Adamoglu de Oliveira, S. (2017). A ideologia do crescimento econômico e o discurso empresarial do desenvolvimento sustentável. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(2), 326-348.

Latouche, S. (2009). *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Latouche, S. (2006). *O desafio do decrescimento*. Lisboa: Instituto Piaget.

Latouche, S. (1994). *A ocidentalização do mundo*. Petrópolis: Vozes.

Lenzi, C. L. (2007). Sociologia Ambiental e a controvérsia sobre os Clássicos. *Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia*, Recife, PE, Brasil, XIII.

Marconatto, D. A. B., Trevisan, M., Pedrozo, E. A., Saggin, K. D., & Zonin, V. J. (2013). Saindo da trincheira do desenvolvimento sustentável: uma nova perspectiva para a análise e decisão em sustentabilidade. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(1), 15-43.

Marx, K. (2002). *O capital: crítica da economia política – Livro I* (20ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

McCreynolds, S. A. (1999). Guia para o iniciante em sociologia do meio ambiente: definição, lista de jornais e bibliografia. *Ambiente & Sociedade*, 5, 181-189.

Meadows, D. H., Randers, J., & Meadows, D. (2007). *Limites do crescimento: a atualização de 30 anos*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Norman, W. & Macdonald, C. (2004). *Getting to the bottom of the Triple Bottom Line*. *Business Ethics Quarterly*, 14(2), 243-262.

Oliveira, J. A., Simão, V. A., & Silva, A. J. (2004). Sociologia ambiental. *Revista de Administração da Unimep*, 2(3), 140-152.

Rezende, C. (1997). *História econômica geral*. São Paulo: Contexto.

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

Schumacher, E. F. (1983). *O negócio é ser pequeno* (4a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

Seifert, R. E. & Vizeu, F. (2015a). Crescimento organizacional: uma ideologia gerencial? *Revista Administração Contemporânea*, 19(1), 127-141.

Seifert, R. E. & Vizeu, F. (2015b). Tréplica – Davi e Golias: possibilidades de ruptura ao gigantismo em Estudos Organizacionais e de Gestão. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(1), 160-168.

Shamir, R. (2005). Mind the gap: commodifying corporate social responsibility. *Symbolic Interaction*, 28(2), 229-253.

Vizeu, F., Meneghetti, F. K., & Seifert, R. E. (2012). Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Cadernos EBAPEBR*, 10(3), 569-583.

Wanner, T. (2015). The new 'passive revolution' of the green economy and growth discourse: maintaining the 'sustainable development' of neoliberal capitalism. *New Political Economy*, 20(1), 21-41.

Weber, M. (1987). *Conceitos centrais em Sociologia*. São Paulo: Moraes.

Sociedade de decrescimento: uma resposta para o desenvolvimento (in)sustentável?

Resumo

Nosso objetivo é ensaiar uma crítica à sociedade produtivista que discursa a possibilidade de desenvolvimento sustentável indissociado de crescimento econômico. Sustentamos a importância do debate em estudos organizacionais (EOs), a fim de refletir criticamente sobre as contradições lógicas da orientação para o crescimento ilimitado difundido pelo *management*. Dialogando com teóricos que questionam essa lógica de crescimento como sendo via inexorável para o progresso social, tais como Latouche (2009), Douthwaite (1992) e Schumacher (1983), buscamos contribuir para o debate no campo de EOs já iniciado por Seifert e Vizeu (2015a; 2015b). Nesse sentido, provocamos: seria o decrescimento uma via possível no mundo atual ou apenas mais uma romantização idealista frente ao prognóstico socioambiental pessimista anunciado por Meadows, Randers e Meadows (2007) desde 1972 no clube de Roma?

Palavras-chave

Decrescimento; ideologia do crescimento; discurso da sustentabilidade; Serge Latouche.

Degrowth society: is it a response to the (un)sustainable development?

Abstract

Our objective is to rehearse a critique to the productivist society discourses which address the possibility of sustainable development as indissociable of economic growth. We show the importance of this debate in organizational studies field (EOs) in order to reflect critically on the logical contradictions of the orientation towards the unlimited growth spread by the main stream of management thinking. Building a dialogue with theorists who question this logic of growth as an inexorable path to social progress, such as Latouche (2009), Douthwaite (1992) and Schumacher (1983), we seek to contribute to the debate in the field of EOs already initiated by Seifert and Vizeu (2015a, 2015b). In this sense, we provoke: would be the degrowth possible in today's world or it is just another idealistic romanticization against the pessimistic socio-environmental prognosis announced by Meadows, Randers and Meadows (2007) since 1972 in the club of Rome?

Keywords

Degrowth. Growth ideology. Sustainable discourse. Serge Latouche.

Sociedad de decrecimiento: una respuesta para el desarrollo (in)sostenible?

Resumen

Nuestro objetivo es ensayar una crítica a lo discurso de la sociedad productivista que abordan la posibilidad de que el desarrollo sostenible sea indisoluble del crecimiento económico. Mostramos la importancia de este debate en el campo de los estudios organizacionales (EO) con el fin de reflexionar críticamente sobre las contradicciones lógicas de la orientación hacia el crecimiento ilimitado difundido por la corriente principal del pensamiento de gestión. Estableciendo un diálogo con teóricos que cuestionan esta lógica del crecimiento como un camino inexorable hacia el progreso social, como Latouche (2009), Douthwaite (1992) y Schumacher (1983), nosotros buscamos contribuir al debate en el campo de OE ya iniciado por Seifert y Vizeu (2015a, 2015b). En este sentido, provocamos: ¿sería el decrecimiento posible en el mundo de hoy o esta es simplemente otra romántica idealización contra el pronóstico pesimista socio ambiental anunciado por Meadows, Randers y Meadows (2007) desde 1972 en el club de Roma?

Palabras clave

Decrecimiento. Ideología del crecimiento. Discurso de la sustentabilidad. Serge Latouche.



Autoria

Luiz Gustavo Alves de Lara

Doutorando em Administração pela Universidade Positivo.

<http://lattes.cnpq.br/2279181513954225>. <https://orcid.org/0000-0002-8916-9333>. E-

mail: luizusf@hotmail.com.

Samir Adamoglu de Oliveira

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Professor

Adjunto da Universidade Federal da Paraíba.

<http://lattes.cnpq.br/3766511422208153>. <https://orcid.org/0000-0003-4978-0557>. E-

mail: samiroliveira09@hotmail.com.

Endereço para correspondência

Luiz Gustavo Lara. Rua Marechal Jose Bernardino Bormann, 1234, ap 403,

Bigorrihlo, Curitiba, PR, Brasil. CEP 80730-350. Telefone: (+55 42) 999429552.

Como citar esta contribuição

Lara, L. G. A. & Adamoglu de Oliveira, S. (2018). Sociedade de decrescimento: uma resposta para o desenvolvimento (in)sustentável? *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(13), 684-722.

Contribuição submetida em 18 jul. 2017. Aprovada em 1 fev. 2018. Publicada online em 24 jul. 2018. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editores especiais: Pedro de Almeida Costa, Rene E. Seifert, Fábio Bittencourt Meira e Antônio João Hocayen-da-Silva.



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 5 | N. 13 | AGOSTO | 2018 | ISSN: 2358-6311